



LINGUAGEM NEUTRA EM FOCO: REFLEXÕES, DEBATES E IMPLICAÇÕES NO CONTEXTO BRASILEIRO*

GENDER-NEUTRAL LANGUAGE IN FOCUS: REFLECTIONS, DEBATES, AND
IMPLICATIONS IN THE BRAZILIAN CONTEXT

Élidi Preciliana Pavanelli**

Nos últimos anos, palavras como *todes*, *amigues* e *ile* têm ocupado um espaço significativo nos debates públicos. Ligadas à chamada linguagem neutra, essas expressões despertam tanto apoio de grupos que valorizam seu potencial inclusivo quanto críticas daqueles que se opõem ao seu uso. A linguagem neutra, por sua vez, tornou-se alvo de legislações propostas em nível municipal e estadual no Brasil, as quais têm sido declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, dado que regular a língua ultrapassa a competência desses entes federativos, especialmente no contexto educacional.

Nesse cenário de tensões políticas e culturais, ampliado pela visibilidade nas redes sociais durante a pandemia de Covid-19, os professores Fábio Ramos Barbosa Filho e Gabriel de Ávila Othéro decidiram reunir especialistas para abordar o tema. Assim nasceu o livro *Linguagem “Neutra”: Língua e Gênero em Debate*, publicado pela Editora Parábola em 2022. Composto por nove capítulos, a obra é um convite à reflexão para docentes, pesquisadores em linguística e leitores interessados. Sem adotar conclusões definitivas, o livro oferece análises científicas que exploram a complexidade de uma língua viva e em constante transformação. A estrutura da obra privilegia um diálogo entre

* Resenha da obra: BARBOSA FILHO, Fábio Ramos; OTHÉRO, Gabriel de Ávila (Orgs.). *Linguagem “neutra”: língua e gênero em debate*. São Paulo: Parábola, 2022.

** Doutoranda em Estudos de Linguagem – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso. Professora da Educação Básica – Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. E-mail: elidipavanelli@gmail.com



teoria e prática. Nos seis primeiros capítulos, as discussões teóricas são ilustradas por exemplos concretos. Os três capítulos finais tratam de legislações e práticas educacionais, analisando diferentes perspectivas e implicações do uso da linguagem neutra.

No primeiro capítulo, *O gênero e o gênero*, o linguista Sírio Possenti, professor titular da Unicamp e especialista em análise do discurso, explora as intersecções entre gênero gramatical e gênero social. A partir de vivências docentes e de uma tabela amplamente compartilhada nas redes sociais que evidencia significados distintos entre substantivos masculinos e femininos (como *cão/cadela*), Possenti argumenta que os termos femininos frequentemente carregam conotações pejorativas, especialmente relacionadas à sexualidade. Ele discute também as perspectivas da gramática, da linguística e do uso popular, apontando como aspectos culturais e ideológicos são frequentemente negligenciados em análises linguísticas. Para Possenti, o uso da língua pode envolver decisões políticas e intervenções conscientes voltadas à redução da discriminação, destacando que suas reflexões são marcadas por sua trajetória e contexto sociopolítico.

No segundo capítulo, *Reversão de gênero gramatical no português brasileiro*, Heronides Moura e Guilherme Ribeiro Colaço Mäder analisam o fenômeno da inversão de gênero gramatical, em que termos tradicionalmente masculinos são usados para mulheres e vice-versa. Baseando-se em exemplos de *tweets* e dados do português brasileiro, os autores questionam a ideia de neutralidade do gênero masculino, argumentando que a gramática reflete divisões e assimetrias sociais. Eles identificam três funções principais para a reversão de gênero: depreciativa, aproximativa e apreciativa, destacando a predominância de usos positivos para termos masculinos e negativos para os femininos. A análise reforça que a gramática não é neutra, mas sim um reflexo das hierarquias sociais.

O terceiro capítulo, *Conflito de regras e dominância de gênero*, de Raquel Meister Ko Freitag, critica as diretrizes propostas pelo *Guia de Comunicação Inclusiva* da União Europeia, que sugere intervenções na linguagem para promover inclusão. Segundo a autora, essas propostas podem gerar confusão e exclusão, especialmente pela introdução de pronomes neutros, como *x/ile/dile*. Ela também aborda a resistência social e legislativa à linguagem neutra no Brasil, destacando preocupações com a substituição do gênero masculino genérico por formas alternativas que podem,



paradoxalmente, marginalizar grupos como as mulheres. Freitag conclui que a adoção de uma linguagem inclusiva exige cuidado, considerando a diversidade de contextos e opiniões.

O quarto capítulo, *A morfologia de gênero neutro e a mudança acima do nível de consciência*, da doutora Silvia Cavalcante, professora associada da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, explora a implementação do gênero neutro na língua portuguesa. A análise utiliza exemplos de textos produzidos por alunos e professores da UFRJ, destacando propostas para integrar o gênero neutro em diferentes idiomas. Cavalcante examina alterações morfológicas em substantivos, adjetivos e pronomes no português, visando acolher identidades que não se enquadram nos gêneros binários. Entre as sugestões, está o uso de sufixos como “-e” no lugar de “-a” e “-o”, criando formas como “alune” em substituição a “aluno” ou “aluna”.

A autora também discute os desafios dessa mudança em uma língua com regras normativas estabelecidas, enfrentando resistência de quem prefere manter formas tradicionais ou considera o processo complexo. Apesar disso, Cavalcante conclui que o uso do gênero neutro tem ganhado espaço em diversos contextos sociais, acadêmicos e profissionais, refletindo uma sociedade mais inclusiva. Ela enfatiza que essas alterações não são apenas linguísticas, mas carregam significados sociais e culturais importantes.

O quinto capítulo, *Feminismo, mídias digitais e linguagem inclusiva*, é uma colaboração entre Anna Christina Bentes, professora do Departamento de Linguística da Unicamp, Rafaely Carolina da Cruz, doutoranda em Linguística, e Carolina Jansen Gandara Mendes, graduanda em Letras na Unicamp. O capítulo analisa práticas de linguagem inclusiva em produções de coletivos feministas nas mídias digitais entre 2019 e 2021, com ênfase na marcação de gênero.

As autoras identificam diferentes estratégias de marcação: o uso coordenado de formas masculinas e femininas, a coordenação de três formas de gênero, a substituição de morfemas tradicionais por formas neutras, e o uso exclusivo de formas femininas. Elas observam que a marcação coordenada é comum em textos direcionados a públicos amplos, enquanto o sufixo neutro “-e” é empregado em menor frequência. O uso exclusivo do feminino predomina em textos voltados a grupos com identidades compartilhadas. O estudo conclui que a variedade de marcas de gênero evidencia um



"estilo social" que reflete a identidade e os objetivos discursivos de quem adota a linguagem inclusiva.

O sexto capítulo, *Quem é ela? A invenção de um pronome não binário*, de autoria de Danniel Carvalho, linguista da Universidade Federal da Bahia, examina a criação e a implementação de pronomes não binários no português. Carvalho, que adota uma abordagem crítica, considera os valores de gênero atribuídos aos pronomes pessoais como logofóricos, ou seja, representações linguísticas de atribuições sociais e culturais. Ele utiliza a ideia de "fala dentro da fala", descrita por Jakobson, para explicar como o gênero gramatical reflete convenções linguísticas compartilhadas por uma comunidade.

Carvalho também discute a distribuição de gênero em diferentes línguas, normalmente restrita aos valores feminino e masculino, e apresenta tentativas de introduzir formas não binárias. Ele reflete sobre as dificuldades enfrentadas no Brasil para incorporar pronomes neutros, analisando as barreiras culturais e linguísticas que limitaram sua aceitação. Por fim, o autor argumenta que, mais do que neutralizar o gênero, é essencial buscar uma justiça de gênero nas línguas, respeitando as demandas por inclusão e diversidade.

No sétimo capítulo, *Projetos de lei contrários à "linguagem neutra" no Brasil*, Fábio Ramos Barbosa Filho, organizador da obra e professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, analisa seis propostas legislativas que buscam proibir o uso da linguagem neutra. Ele inicia a reflexão destacando que "as línguas sempre entretêm alguma relação com os espaços políticos, com os territórios e com a vida material das diferentes sociedades históricas"¹, situando o debate em um contexto de mudanças políticas que atravessam a história do Brasil. Barbosa Filho examina esse fenômeno contemporâneo com foco na linguagem neutra.

O autor enfatiza que não busca emitir juízos de valor sobre os projetos analisados, mas sim levantar dúvidas e reflexões. Ele sugere que a controvérsia em torno da linguagem neutra não é meramente linguístico-gramatical, mas essencialmente semântica, envolvendo questões de significado e interpretação. Ao investigar os argumentos e justificativas desses projetos, Barbosa Filho expõe possíveis motivações subjacentes, questionando quem ou o que estaria sendo impactado pelas mudanças associadas à adoção da linguagem neutra. Ele conclui que tais propostas

¹ BARBOSA FILHO; OTHERO, 2022, p. 143.



frequentemente refletem um "fascismo linguístico", que instrumentaliza a língua como veículo para combater o que seus defensores denominam "ideologia de gênero".

No oitavo capítulo, *Contribuições para intervir na esfera pública: projeto de lei sobre a linguagem inclusiva de gênero*, Mara Glozman, professora e pesquisadora do Instituto de Linguística da Universidade de Buenos Aires, apresenta um projeto de lei argentino que propõe a adoção da linguagem inclusiva. Glozman descreve os objetivos e a fundamentação teórica do projeto, desenvolvido em colaboração com uma deputada nacional e uma comissão técnica. A autora analisa trechos do texto legislativo, demonstrando como a pluralidade de formas linguísticas coexistentes pode promover liberdade de expressão e fortalecer direitos já estabelecidos. Ela também identifica paralelos entre os desafios enfrentados pelas sociedades argentina e brasileira em relação ao tema, destacando a importância de respeitar a diversidade cultural e linguística.

Finalmente, no nono capítulo, *A linguagem neutra e o ensino de língua portuguesa na escola*, Samuel Gomes de Oliveira, doutor em Letras e professor no município de Canoas (RS), explora como a neutralização de gênero pode ser incorporada ao ensino da língua portuguesa. Oliveira defende que a linguagem neutra deve ser abordada nas escolas, considerando sua relevância social e seu potencial para fomentar a reflexão crítica. Ele enfatiza que professores de língua portuguesa desempenham um papel central nesse processo, sendo responsáveis por mediar debates sobre o poder simbólico da linguagem e suas implicações sociais. O capítulo inclui sugestões práticas para que educadores incorporem o tema em suas aulas de forma construtiva e reflexiva.

É possível concluir que o livro oferece um panorama multifacetado e crítico sobre a linguagem neutra, evidenciando sua relevância para debates contemporâneos sobre inclusão e justiça social. Longe de propor respostas simples, a obra convida à reflexão e ao diálogo, mostrando como as questões linguísticas estão intrinsecamente ligadas a dinâmicas culturais e políticas.

Recebido em: 18 jul. 2025.

Aceito em: 03 nov. 2025.